

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	5

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	6
10.2 - Resultado operacional e financeiro	43
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	46
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	47
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	59
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	60
10.8 - Plano de Negócios	61
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

RISCO E GESTÃO DE RISCO

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a vários riscos que são inerentes às nossas atividades. A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

- Risco de liquidez
- Risco de taxas de juros
- Risco cambial
- Risco de Crédito

A gestão desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e engloba diversas políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de risco são, de modo geral, conservadoras, e buscam limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

RISCO DE LIQUIDEZ:

(i) falta de liquidez no mercado financeiro para concessão de novos empréstimos e financiamentos ou perda de credibilidade da Companhia perante os investidores ou mercado bancário, colocando em risco a capacidade de a Companhia fazer novos investimentos e financiar o seu capital de giro por falta de recursos; e
(ii) concentrações de vencimentos de empréstimos em determinados períodos ou vencimentos em períodos de pouca liquidez de oferta de financiamentos no mercado financeiro (por exemplo: anos de eleição presidencial com instabilidade política), ocasionando restrição à capacidade de refinanciamento, prejudicando a liquidez da Companhia;

RISCO DE TAXA DE JUROS

Descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros, ocasionando perdas financeiras para a Companhia

RISCO DE CAMBIAL

Descasamento de moeda entre ativo e passivo (exemplo: Dólar, Euro, nos passivos e Reais nos ativos), ocasionando perdas financeiras para a Companhia, devido à volatilidade das moedas.

RISCO DE CRÉDITO

Perda financeira em razão de inadimplência da contraparte

RISCO DE FINANCIAMENTO/REFINANCIAMENTO

Dependendo da situação política ou econômica do país, o mercado financeiro pode restringir a disponibilidade de crédito disponível para financiar as empresas e, desta forma, a Companhia pode ter dificuldades de acessar linhas de financiamento para seus investimentos e/ou seu capital de giro.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**A. RISCOS PARA OS QUAIS SE BUSCA PROTEÇÃO**

- Risco de taxas de juros: descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros, ocasionando perdas financeiras para a Companhia;
- Risco cambial: descasamento de moeda entre ativo e passivo (exemplo: Dólar, Euro, nos passivos e Reais nos ativos) ocasionando perdas financeiras para a Companhia, devido à volatilidade das moedas.

B. ESTRATÉGIA DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL (HEDGE)

- Deve ser levada em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos derivativos a serem negociados para uma correta avaliação se, mesmo após tributação, ainda são adequados às necessidades da Companhia.
- Abaixo, detalhamento da aplicabilidade dos derivativos:
- Risco de taxas de juros: o risco de taxa de juros pode ser coberto através da utilização de swaps, onde a Companhia pode trocar posições pós-fixadas para pré-fixadas ou vice-versa, além da troca de indexadores.
- Risco Cambial: o risco de variação das moedas pode ser coberto por non-deliverable forwards ou swaps.
- Risco de "commodity": o risco de variação de commodity (por exemplo, cesta de óleos combustíveis, aço, etc) é inerente ao negócio e deve apenas ser monitorado.

C. INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA PROTEÇÃO PATRIMONIAL (HEDGE)

Swaps de taxas de juros Ex: PróxDI; TJLPxDI; IGPMxDI; DIxPré, etc.

Swaps de moedas Ex: Euro x Dólar; Iene x Dólar; Dólar x Reais, etc.

Non-deliverable Forwards / FRA (Forward Rate Agreement)

Ex: Dólar x Reais / Libor floating x taxa fixa

D. PARÂMETROS UTILIZADOS PARA O GERENCIAMENTO DESSES RISCOS

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é identificar possíveis riscos para a Companhia e estabelecer regras de mensuração e mitigação dos mesmos. O gerenciamento de riscos de mercado é liderado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores (CFO), , através de uma Política de Tesouraria previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

As operações financeiras realizadas, incluindo as operações de derivativos, devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deve sempre existir uma exposição que justifique a contratação da operação.

Os riscos mais importantes relacionados ao gerenciamento de Tesouraria são:

- Risco de liquidez
- Risco de taxas de juros
- Risco cambial
- Risco de crédito

O gerenciamento dos riscos acima identificados é preponderantemente defensivo, visando à redução do risco e não à especulação. O uso de derivativos para a redução de riscos é permitido, desde que em condições aceitáveis, de acordo com a política vigente de uso de derivativos.

A Companhia sempre avaliará as alternativas de captação existentes com vistas a aproveitar as melhores oportunidades em termos de custos e demais condições, além de garantir um "mix" adequado de fontes de financiamento para evitar a dependência de uma única fonte. A Companhia busca também evitar concentrações de vencimentos em um mesmo período, tendo em vista a possibilidade de falta de oferta de linhas disponíveis no mercado financeiro.

A companhia possui ainda uma estrutura adequada para acompanhamento e cumprimento de obrigações assumidas em instrumentos contratuais, principalmente em determinados "financial covenants".

Com relação a taxa de juros, a Companhia busca sempre operar com taxas de juros pós-fixadas em Reais.

A Companhia adota uma atitude defensiva com relação ao risco de exposição cambial, para proteger seu caixa e resultados financeiros. Os instrumentos preferenciais para proteger o risco de exposição cambial de moedas estrangeiras, quando existir, são os swaps, forwards e opções,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

conforme a alternativa mais adequada.

Quanto aos riscos de crédito, a Comgás avalia trimestralmente e aprova anualmente as contrapartes com as quais negocia operações de cash management, floating, câmbio, investimentos financeiros, arrecadação bancária e operações de derivativos, atribuindo preventivamente para cada instituição financeira um limite máximo de exposição

E. OPERAÇÃO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS COM OBJETIVOS DIVERSOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL (HEDGE) E QUAIS SÃO ESSES OBJETIVOS

Não aplicável, pois a política de Tesouraria da companhia, aprovada por seu Conselho de Administração, determina que os instrumentos financeiros devem ser usados sempre para fins de proteção para os riscos previamente detectados ou existentes, e nunca como especulação ou fonte de renda para a Companhia, não havendo portanto previsão para uso de instrumentos financeiros com objetivos diversos de hedge.

F. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE CONTROLE DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento dos riscos de negócio da Comgás facilita o desenho de processos, e promove políticas e procedimentos adequados às melhores práticas de mercado e às normas e padrões nacionais e internacionais.

O gerenciamento dos riscos corporativos é monitorado através de uma comissão multidisciplinar que se reporta diretamente à Diretoria da empresa. Esta comissão discute constantemente mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades.

G. ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA OPERACIONAL E CONTROLES INTERNOS PARA VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DA POLÍTICA ADOTADA

A área de Controles Internos responsável pela Gestão de Riscos tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar os riscos operacionais, financeiros e estratégicos inerentes a operação da Companhia, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações, políticas e procedimentos internos através de sua estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e acompanhar os planos de ação elaborados para remediar deficiências identificadas nos processos.

A companhia conta ainda com a atuação da Auditoria Interna, subordinada hierarquicamente à Presidência e ao Conselho de Administração, que através da execução do seu Plano Anual de Auditoria é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes reportando o seu resultado à alta administração da Companhia e ao Comitê de Auditoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em sua política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não existem outras informações relevantes sobre este item "5".

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 OPINIÃO DOS NOSSOS DIRETORES SOBRE:

A. CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

A Comgás é a maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil. Sua carteira é composta por 1.099.470 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e de cogeração e termogeração. Em 2011, a Companhia distribuiu a eles 4,8 bilhões de metros cúbicos – o que representa participação de 27,6 % no mercado nacional –, por meio de uma rede de 8,0 mil quilômetros, que equivalem a 38,1% da malha de distribuição instalada no Brasil. Sua receita líquida foi de R\$ 4,1 bilhões e o lucro líquido ficou em R\$ 236 milhões.

A Empresa está sujeita às regras da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – Arsesp, com a qual mantém contrato de concessão desde maio de 1999, época de sua privatização. O acordo tem duração até 2029, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, e refere-se à distribuição de gás natural para a Regiões Metropolitanas de São Paulo, Administrativa de Campinas, Vale do Paraíba e Baixada Santista – área que abriga 177 municípios, responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. A Comgás atende a clientes localizados em 70 cidades.

Em milhões de R\$	2009	2010	2011
Patrimônio Líquido	1.304	1.376	1.246
Ativo total	3.760	3.848	4.308
Investimentos	409	405	510
Receita Bruta	5.161	5.101	5.112
Receita Líquida	4.116	4.095	4.103
Lucro Bruto	1.672	1.520	1.106
Lucro operacional (antes do resultado financeiro)	1.155	972	476
Lajida (Ebitda)	1.333	1.182	716
Lucro Líquido	690	580	236
Dívida Bruta	1.650	1.500	1.874
Dívida Líquida	1.456	1.355	1.833
Liquidez corrente	0,67	0,69	0,59
Retorno sobre o patrimônio líquido (%)	52,96	42,14	18,95
Dívida líquida / Lajida (%)	1,09	1,15	2,56
Margem Bruta (%)	40,62	37,11	26,96
Margem Lajida (%)	32,38	28,85	17,46
Margem líquida	16,76	14,16	5,76
Lucro líquido por ação (R\$)	5,76	4,84	1,97
Dividendos propostos (R\$ milhões)	83,70	83,70	0,00
Remuneração total paga aos acionista (R\$ milhões)	264,11	419,17	443,85
Dividendos pagos durante o exercício (R\$ milhões)	199,81	364,60	379,91
Juros sobre capital próprio pagos durante o exercício (R\$ milhões)	64,30	54,57	63,94

B. ESTRUTURA DE CAPITAL E POSSIBILIDADE DE RESGATE DE AÇÕES OU QUOTAS, INDICANDO (I) HIPÓTESES DE RESGATE; (II) FÓRMULA DE CÁLCULO DO VALOR DO RESGATE.

A Companhia não vislumbra a possibilidade de resgate das ações preferenciais classe “A” e das ações ordinárias, salvo exceção quando as ações PNRB são emitidas com a possibilidade de serem resgatadas, conforme apresentado no anexo 14 da Instrução CVM nº 481/09.

C. CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS.

De acordo com o atual perfil do endividamento da Companhia, seu fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez, a Comgás vem demonstrando ano após ano ter elevada liquidez e recursos de capitais suficientemente satisfatórios para cobrir os investimentos na expansão da rede de gás natural, despesas, serviços da dívida e demais obrigações nos próximos períodos.

Ainda assim, mesmo com a contratação de novos financiamentos para a ampliação da rede, a Comgás mantém sua capacidade financeira para honrá-los.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***D. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO CIRCULANTES UTILIZADAS.***

A Comgás baseia sua estratégia de financiamento de seus investimentos com linhas de longo prazo, captando operações de financiamento a custos competitivos, principalmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e mais recentemente através do Banco Europeu de Investimento. Os financiamentos têm como objetivo fazer frente aos investimentos da expansão da empresa em todos os seus mercados de atuação.

Em 2009, a Companhia concluiu o financiamento de parte da sua expansão, para o período de 2009 a 2011, concedido pelo BNDES, no valor de R\$ 665 milhões. Até o final do ano de 2011, os desembolsos da referida linha somaram R\$ 581 milhões, sendo R\$ 233 durante o ano de 2011, sempre baseados na variação da TJLP.

Além desta linha, BNDES V, a Companhia ainda amortiza os “projetos” III e IV com diversas datas de vencimento.

Atualmente o saldo em aberto com o BNDES é de R\$ 1.046 milhões (parcelas de circulante e de longo prazo).

A Comgás possui, ainda, a 2º emissão de debênture em série única e indivisível no valor de R\$ 100 milhões com remuneração de CDI + 1,5% a.a.

As amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2012, 2013 e 2014 com pagamentos de 33,33%, 33,33% e 33,34%, respectivamente.

Para complementar a necessidade de financiamento da expansão da companhia, em 2010 foram celebrados dois contratos de € 100 milhões cada, totalizando € 200, dos quais 50% foram desembolsados em 2010 e os 50% restantes foram desembolsados em 2011, com vencimento em 10 anos e 4 anos de prazo de carência da amortização de pagamento das parcelas de principal.

E. FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO CIRCULANTES UTILIZADAS QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ .

O financiamento do capital “para cobertura de deficiências de liquidez” é feito através de linhas de financiamento com prazos que variam podendo chegar até 2 anos.

Durante o ano de 2011, o endividamento de curto prazo da Companhia foi superior ao volume observado no ano anterior principalmente pela transferência de valores que estavam no longo prazo para o curto prazo, o custo permaneceu próximo aos 100% do CDI.

F. NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS

O endividamento total da Companhia fechou o ano de 2011 em R\$ 1.917 milhões, dos quais, R\$ 105,1 milhões referem-se à Debênture emitida por esta companhia. Com relação ao custo médio ponderado da dívida, este permanece situado próximo a 100% do CDI.

A Companhia acredita que seu nível de endividamento está adequado face:

- (a) às necessidades financeiras requeridas em seu plano de negócios,
- (b) à sua estratégia de estrutura de capital e
- (c) às avaliações da agência de avaliação de risco (Moody's).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Até dez/12	Até dez/13	Até dez/14	Até dez/15	Até dez/16	2017 em diante	Total
BNDES	328.328	244.639	227.236	98.262	98.262	49.131	1.045.858
Banco IBM	1.253	1.274	1.062	-	-	-	3.589
EIB	7.555	16.496	23.624	65.044	81.980	295.897	490.596
Debêntures	38.462	33.330	33.340	-	-	-	105.132
Repasse Res. 4131	6.704	229.620	35.923	-	-	-	272.248
Dívida Total Consolidada	382.302	525.359	321.186	163.306	180.242	345.028	1.917.422
	20%	27%	17%	9%	9%	18%	-

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

Conforme tabela acima.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável, pois dada a característica do tipo de negócio e tipo de expansão imprimido pelos administradores da Comgás, as agências de fomento (nacional e internacionais) têm suprido adequadamente as necessidade de financiamento na expansão do negócio. A exceção a este fato foi a emissão da debênture que teve intuito de refinanciar o capital de giro no longo prazo. Para o futuro, possíveis relações dependerão da estratégia da Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Atualmente o BNDES pode ser considerado o credor mais favorecido. Os demais credores /dívidas financeiras, tanto de curto como de longo prazo, estão subordinados ao BNDES.

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Dívida Onerosa Líquida/LAJIDA <= 3,5

Endividamento de Curto Prazo/Endividamento Total < 0,45

G. LIMITES DE UTILIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS JÁ CONTRATADOS

Em 31/12/2011 havia um total de R\$ 1.890 milhões em linhas de financiamento contratadas e desembolsadas com bancos (inclusive BNDES e EIB), tanto no curto como no longo prazo. Nesta data, R\$ 84 milhões é o valor de contratos assinados que ainda não foram desembolsados pela Companhia. A estes volumes não estamos adicionando as linhas de crédito disponíveis nos bancos de relacionamento da empresa, pois estes dados encontram-se fora do controle da empresa. Instrumentos financeiros derivativos são contratados com caráter único e exclusivo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais
de proteção de dívida (atualmente utilizamos instrumentos derivativos para proteção das dívidas em moeda estrangeira).

H. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
em milhares de reais

	2011	2010
Receita líquida de vendas	4.102.660	4.095.343
Vendas de gás	3.747.530	3.816.780
Receita de construção - ICPC 01	326.591	257.647
Outras receitas	28.539	20.916
Custo do gás	(2.996.617)	(2.575.560)
Custo do gás	(2.310.631)	(1.960.475)
Transporte e outros	(359.395)	(357.438)
Construção - ICPC 01	(326.591)	(257.647)
Lucro bruto	1.106.043	1.519.783
Despesas com vendas	(115.696)	(92.819)
Despesas gerais e administrativas	(512.643)	(448.692)
Outras despesas operacionais	(2.015)	(6.446)
Lucro operacional	475.689	971.826
Despesas financeiras líquidas	(159.960)	(134.590)
Receitas financeiras	25.920	31.379
Despesas financeiras	(185.880)	(165.969)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	315.729	837.236
Imposto de renda e contribuição social	(79.590)	(257.256)
Lucro líquido do exercício	236.139	579.980
Lucro líquido por ação básico e diluído atribuído aos acionistas da		
Companhia, expressos em reais por ação		
Preferenciais	2,12	5,21
Ordinárias	1,93	4,74

➤ **Resultados Operacionais referentes aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 comparados com 2010**

Resultados

A receita bruta e a receita líquida de vendas e serviços do período em relação a 2010 mantiveram-se praticamente estáveis, com variações de 0,2% a maior em relação ao período anterior, totalizando R\$ 5,1 bilhões e R\$ 4,1 bilhões respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Resultado Bruto sofreu retração, de 27,2%, passando de R\$ 1,5 bilhão em 2010 para R\$ 1,1 bilhão, em virtude principalmente do custo do gás, que teve aumento de 16,4% no período.

O Lajida (lucro antes do pagamento de juros, impostos, depreciações e amortizações) foi de R\$ 716,3 milhões, 39,4% inferior de 2010, que chegou a R\$ 1,2 bilhão. Considerando o efeito da conta-corrente regulatória, o resultado seria de R\$ 1,1 bilhão (R\$ 0,9 bilhão em 2010), ou seja, 19,3% acima que o do período anterior.

Ainda na comparação com o exercício anterior, o lucro líquido caiu R\$ 59,3%, de R\$ 580,0 milhões para R\$ 236,1 milhões. O resultado normalizado pela conta-corrente regulatória seria de R\$ 486,9 milhões (R\$ 409,0 em 2010). Dessa forma, o lucro seria 19,1% superior em relação ao exercício anterior.

Esse desempenho está relacionado também ao aumento dos custos operacionais, decorrentes principalmente da ampliação das redes da Comgás, e do crescimento da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).

Uma das formas de equalizar a discrepância em relação ao aumento de custo do gás e a elevação das tarifas será a aprovação da proposta, levada à consulta pública pela Arsesp em 2011, de criação de um gatilho que dispararia quando o saldo da conta-corrente – favorável ao consumidor ou à concessionária – ultrapassar uma porcentagem estipulada em relação à receita líquida da Comgás.

Reajustes

Em 2011 foram feitos dois reajustes tarifários. O ordinário, anual, que passou a vigorar a partir de 31 de maio, foi de 5%, em média: R\$ 3,17 para usuários que utilizam até 16m³/mês (equivalente a um botijão de GLP) e R\$ 3,33 aos que consomem até 30m³/mês. No industrial, a alta média foi de 8%, resultando em aumentos de 8,33% a 8,15% para o pequeno consumidor na faixa de 10.000m³/mês a 100.000m³/mês e de 7,93% a 7,75% para os grandes, com demanda superior a 500.000m³/mês.

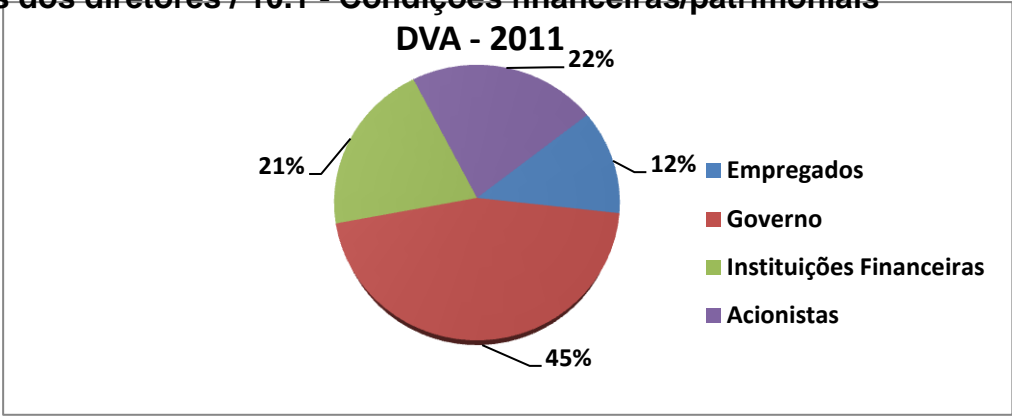
Em dezembro, a Arsesp autorizou reajuste extraordinário – entre 3,27% e 11,20% – em razão das alterações dos preços do gás natural adquirido pela Comgás, decorrentes de variações cambiais e da indexação aos preços de óleos combustíveis, mitigado pela aquisição de gás em leilões. O aumento não afetou a base de clientes residenciais nem impactou no resultado da empresa em virtude de sua incidência por curto período.

Demonstração do valor adicionado - DVA

O Valor Adicionado - indicador da riqueza agregada à sociedade - totalizou R\$ 1,1 bilhão em 2011. Ele é representado pela diferença entre as receitas obtidas e o custo de aquisição de gás e serviços de terceiros, além de depreciações e amortizações.

Distribuição do Valor Adicionado	2009	2010	2011
Empregados	101.639	114.578	132.068
Governo	879.654	787.338	485.134
Instituições Financeiras	218.060	194.480	218.330
Acionistas	690.393	579.980	236.139
Total	1.889.746	1.676.376	1.071.671

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

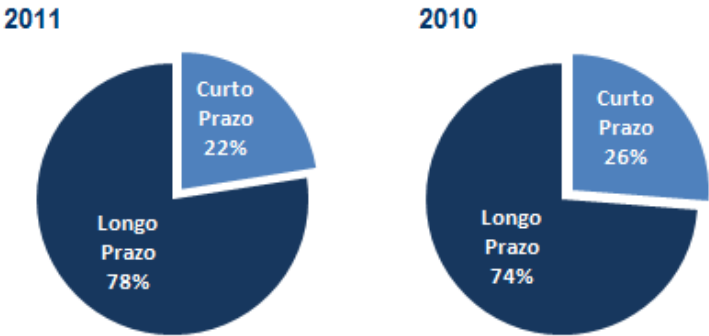


Endividamento

O desembolso do saldo do contrato com o Banco Europeu de Investimentos (EIB) no montante de R\$ 236 milhões e de R\$ 233 milhões do contrato com o BNDES foram os responsáveis pelo alongamento do prazo das dívidas da companhia.

No final do período, a dívida líquida somava R\$ 1,8 bilhão, ou 35,4% mais do que em 2010 (R\$ 1,3 bilhão).

Composição da Dívida: Curto Prazo/ Longo Prazo



DESEMPENHO OPERACIONAL

A maturidade do processo de regionalização, em andamento há dois anos, permitiu à Comgás superar a marca de 1 milhão de clientes em sua base. O avanço foi amparado pelo investimento recorde em expansão da rede, à qual foram agregados 1,1 mil quilômetros no ano, o que levou a malha a alcançar 8.025 quilômetros. A empresa atende atualmente 70 municípios da sua área de concessão. No ano, a companhia iniciou projetos de construção de rede nas cidades de Osasco, Taubaté, Jundiaí, Piracicaba e São José dos Campos, e ampliou a malha em São Paulo, Campinas, Americana, São Bernardo do Campo, Santos, Guarulhos e Mogi das Cruzes.

O volume total de gás distribuído cresceu 3,8%, de 4,6 bilhões de m³ para 4,8 bilhões de m³, sem considerar o segmento de termogeração. A média diária fornecida aos clientes evoluiu de 12,6 milhões de m³ para 13,1 milhões de m³. Se computados os dados relativos aos despachos de energia, cuja demanda caiu 81,8% no ano, o volume distribuído decresceu 1,5%, de 4,9 bilhões de m³ em 2010 para 4,8 bilhões de m³ em 2011.

Residencial

Em 2011, a Comgás agregou 109.955 novos clientes à sua base – recorde histórico – passando a atender 1.087.705 consumidores, 11,2% mais do que em 2010. O volume de gás distribuído atingiu 183,0 milhões de metros cúbicos, 12,4% mais do que em 2010 e superando a marca média mensal de 15 milhões de m³/mês.

O mercado residencial recebe atenção especial da empresa pelo potencial de consumo que concentra. A empresa pretende manter a adição de mais de 100 mil clientes por ano e paralelamente aumentar o consumo médio unitário por meio da qualificação e expansão da base de consumidores, reforçando o uso do gás natural como uma alternativa viável e ambientalmente correta. Há um foco no setor imobiliário, com aproximação às construtoras e incorporadoras, para o lançamento de projetos já prevendo o uso de gás nas unidades. Também são desenvolvidas estratégias para estimular conversões para o gás natural em residências (novas ou já habitadas) e uso de um número maior de soluções que empregam o gás natural.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comercial

Também no segmento comercial, o destaque do ano foi a superação de uma marca histórica, de 10 mil clientes conectados. Ao final do período eles totalizavam 10.381, o que representa 6,4% acima de 2010, quando eram 9.760. A consequência foi outro recorde, no volume fornecido pela empresa no segmento, que chegou a 108,2 milhões de m³, 7,0% superior ao do ano anterior (101,2 milhões de m³). Esse bom desempenho se deve à consolidação da estrutura comercial regionalizada e também ao trabalho de alinhamento à expansão do segmento residencial, no sentido de ampliar a sinergia entre ambos e identificar oportunidades de negócios.

Com vistas a atrair novos consumidores, a empresa foca suas ações em estabelecimentos de médio e grande porte, com um processo de expansão que caminha de forma integrado ao do segmento residencial. No ano foi introduzido um Plano de Marketing e Comunicação focado em clientes com consumo acima de 2.000 m³ de gás - que respondem por cerca de 60% do volume consumido por todo o segmento comercial - incluindo restaurantes, hotéis, motéis, padarias, shoppings, academias e clubes.

Industrial:

O volume distribuído pela Comgás em 2011 foi de 3,85 bilhões de m³, crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior que foi de 3,69 bilhões de m³. Maior mercado em volume da Comgás, responsável por 80% das vendas da companhia, onde o número de indústrias atendidas passou de 982 para 1.002, tendo sido renovado 215 contratos. Em relação aos clientes industriais de médio e pequeno portes, 41 novas plantas foram adicionadas em 2011. A heterogeneidade do portfólio de clientes e segmentos atendidos pela Comgás, proporciona diluição dos diversos efeitos provocados pelos eventos e incertezas no cenário econômico internacional. Em 2011, tal característica explica o crescimento médio acima do PIB.

A Comgás também atuou em parceria com a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe São Paulo, do Governo do Estado, para atrair novos empreendimentos à sua área de concessão. Um dos novos clientes contratados foi a japonesa AGC (Asahi Glass Company), que se instalará em Guaratinguetá, a 180 quilômetros da capital. A garantia de acesso a insumos como gás natural foi um dos fatores que motivaram a companhia a escolher o município.

Cogeração e climatização

No ano o volume distribuído pela Comgás para cogeração totalizou 345,8 milhões de m³, aumento de 4,0% na comparação com o período anterior (332,6 milhões de m³). Na climatização e geração de ponta, o volume distribuído totalizou 13,9 milhões de m³, um aumento de 8,6% na comparação com o período anterior (12,8 milhões de m³). Foram assinados 17 contratos – quatro de cogeração comercial, oito de climatização e cinco de geração de ponta –, o que representou acréscimo de 14% na carteira de clientes.

A Comgás também busca atrair ao Brasil novos fornecedores de equipamentos, como forma de facilitar e baratear o acesso de seus clientes à tecnologia. No sentido de atrair novos clientes a essas soluções, a Comgás realiza um trabalho de divulgação sobre a economia proporcionada e os benefícios ambientais com o uso do gás natural quando comparado às demais alternativas energéticas, bem como o fato de a opção representar uma decisão estratégica para assegurar eficiência e segurança energética no médio e longo prazos.

Automotivo

A distribuição de GNV pela Comgás foi 8,4% inferior à registrada em 2010, fechando o ano com volume de 290,9 milhões de m³. Apesar desta redução, 2011 ficou marcado pela retomada do crescimento deste mercado, em função da retomada da competitividade do GNV, uma vez que, em dezembro de 2010 a ARSESP autorizou a formação de preço do GNV considerando uma parcela do gás mais competitivo adquirido em leilões. Em dezembro de 2011, o percentual de destinação deste gás para o GNV foi ampliada de 50% para 60%.

A rede de postos de combustível que comercializa o produto fechou o período com 357 unidades. A expectativa é pela continuidade de uma retomada de crescimento no segmento. Para aquecer o mercado e evidenciar o produto como alternativa eficiente de combustível, a Comgás vem promovendo uma série de iniciativas em parceria com organizações públicas e privadas.

Termogeração

O desempenho do segmento foi marcado por uma significativa redução nos despachos das termelétricas - queda de 81,8%, em razão do bom volume pluviométrico. O volume caiu de 307,6 milhões de m³, em 2010, para 55,8 milhões m³. Há um contrato de fornecimento específico de gás para a Usina Fernando Gasparian e o segmento não tem impacto relevante na geração de margem para a Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais

em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	41.110	145.380
Contas a receber - clientes	408.456	370.018
Outras contas a receber	11.741	10.714
Estoques	89.784	82.008
Impostos indiretos a compensar	46.227	37.803
Gás/Transporte pago e não utilizado	111.927	78.143
Outros	30.156	23.602
	739.401	747.668
Ativos destinados à venda	19.581	16.028
	758.982	763.696
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108.616	
ICMS a recuperar	10.745	9.481
Contas a receber	22.512	21.710
Depósitos judiciais	18.494	13.510
Instrumentos financeiros derivativos	82.164	
Outros	1.666	1.366
	244.197	46.067
Intangível	3.304.491	3.038.079
	3.548.688	3.084.146
Total do ativo	4.307.670	3.847.842

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Instrumentos financeiros derivativos	38.802	46.380
Empréstimos e financiamentos	343.840	342.462
Debêntures não conversíveis	38.462	4.805
Fornecedores	594.137	424.105
Partes relacionadas	1.250	1.172
Salários e encargos sociais	37.445	36.466
Impostos e contribuições a recolher	57.958	61.142
Dividendos e juros sobre capital próprio	5.562	92.299
Imposto de renda e contribuição social a pagar	147.597	105.887
Adiantamento de clientes	22.255	1.309
Outras contas a pagar	2.534	1.654
	<u>1.289.842</u>	<u>1.117.681</u>
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.468.451	1.006.106
Debêntures não conversíveis	66.670	100.000
Adiantamento de clientes e outros	25.828	26.790
Bônus a pagar	2.004	1.678
Obrigações com benefícios de aposentadoria	148.002	133.916
Provisão para contingências	60.437	61.444
Imposto de renda e contribuição social diferidos		23.827
	<u>1.771.392</u>	<u>1.353.761</u>
Patrimônio líquido		
Capital social realizado	636.985	636.985
Reservas de capital	1.292	1.292
Reservas de reavaliação	11.530	13.169
Reservas de lucro	596.629	724.954
	<u>1.246.436</u>	<u>1.376.400</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>4.307.670</u></u>	<u><u>3.847.842</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

Ativo (passivo) regulatório

	2011	2010
Custo de gás a recuperar/(repassar)	156.727	(220.778)
Créditos de tributos a recuperar/(repassar)	(6.743)	(9.402)
Ajuste a valor presente sobre tributos	382	521
	150.366	(229.659)
Ativo (passivo) saldo inicial	(229.659)	29.349
Ativo (passivo) saldo final	150.366	(229.659)
Receita não reconhecida no resultado antes do IR/CS	380.025	(259.008)
Ativo (passivo) regulatório	400.771	(242.092)
Atualização	(10.811)	(5.173)
Outros	(9.935)	(11.743)

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das informações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é considerado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas informações financeiras aqui apresentadas.

Instrumentos financeiros por categoria

	2011		
	Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Depósitos judiciais	18.494		18.494
Instrumentos financeiros derivativos		82.164	82.164
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	507.350		507.350
Caixa e equivalentes de caixa	41.110		41.110
	566.954	82.164	649.118
			2011

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	1.812.291			1.812.291
Instrumentos financeiros derivativos		38.802		38.802
Debêntures			105.132	105.132
	1.812.291	38.802	105.132	1.956.225
				2010
		Empréstimos e recebíveis	Derivativos usados para hedge	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Depósitos judiciais		13.510		13.510
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados		447.548		447.548
Caixa e equivalentes de caixa		145.380		145.380
		606.438		606.438
				2010
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros derivativos	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	1.348.568			1.348.568
Instrumentos financeiros derivativos		46.380		46.380
Debêntures			104.805	104.805
	1.348.568	46.380	104.805	1.499.753

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

- (a) A COMGÁS possui uma carteira de aproximadamente 1.100.000 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum dos seus clientes, diluindo assim o risco de inadimplência.
- (b) Caixa e equivalentes de caixa de acordo com a qualidade creditícia das contrapartes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2011	2010
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	24.256	84.261
AA	16.854	51.116
A		10.003
	41.110	145.380

(*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco.

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalente de caixa está substancialmente representado por aplicações em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), aplicações em títulos privados e LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	2011	2010
Recursos em banco e em caixa	16.432	5.459
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)		35.187
Aplicações em títulos privados	24.678	104.734
	41.110	145.380

Contas a receber - clientes

(a) A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	2011	2010
Contas de gás a receber	223.163	195.575
Contas de gás parceladas	11.802	11.691
Devedores por venda de equipamentos	27.485	21.044
Ajuste a valor presente	(2.030)	(1.625)
Receita não faturada	224.418	199.153
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(76.382)	(55.820)
	408.456	370.018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As contas de gas parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.

(b) As perdas registradas nos exercícios de 2011 e de 2010 estão abaixo demonstradas:

	2011	2010
1º de janeiro	55.820	50.688
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	20.562	5.132
31 de dezembro	76.382	55.820

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

(c) Sumário do contas a receber de clientes por vencimento

	2011	2010
Valores a vencer	73.786	81.765
Vencidos		
Até 30 dias	34.681	7.842
Acima de 30 dias	114.696	105.968
	223.163	195.575

Outras contas a receber

	2011	2010
<i>Take or pay</i> - clientes	4.866	3.777
Contas a receber de clientes por expansão da rede	1.170	1.170
Recobráveis Petrobras		1.541
Outras	5.705	4.226
	11.741	10.714

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor de "Take or pay - clientes" referem-se à diferença entre o consumo real e os volumes mínimos obrigatórios contratados.

As outras contas a receber estão reconhecidas pelo valor justo e devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras.

Estoque

	2011	2010
Estoque de materiais para construção	59.841	52.875
Produto acabado	1.817	1.163
Materiais diversos	28.126	27.970
	89.784	82.008

O saldo da conta "Gás/transporte pago e não utilizado (*take/ship or pay*) - Petrobras" no montante de R\$ 78.143 em 31 de dezembro de 2010 foi reclassificado para a rubrica "Gás/transporte pago e não utilizado".

Gás/transporte pago e não utilizado

	2011	2010
Transporte (<i>ship or pay</i>) Petrobras	83.984	67.890
Gás (<i>take or pay</i>) Petrobras	27.943	10.253
	111.927	78.143

A recuperação dos saldos referente ao "Gás/transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a COMGÁS, na medida em que se utilize o gás e o transporte acima do percentual estipulado nos contratos, conforme divulgado.

Outros

	2011	2010
Adiantamento a fornecedores	18.374	12.990
Adiantamentos a empregados	8.552	7.690
Despesas antecipadas	1.750	498
Outros	1.480	2.424
	30.156	23.602

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos indiretos a compensar

A composição dos impostos a compensar é a seguinte:

	2011	2010
ICMS a recuperar	37.632	29.595
ICMS sobre ativos	8.896	8.543
Ajuste a valor presente	(505)	(473)
Outros	204	138
	46.227	37.803

Ativos destinados à venda

Em 24 de setembro de 2010, a administração iniciou negociações para a venda do terreno e edificações na região da Moóca, classificado no ativo circulante pelo valor de custo corrigido pela depreciação do período em que o referido imóvel foi utilizado pela administração, até setembro de 2008.

Em maio de 2011, foi recebido a título de sinal e princípio de pagamento o montante de R\$ 21.053, pela venda do terreno e edificações registrado na rubrica "Adiantamento de clientes" - grupo passivo circulante, a título de adiantamento de clientes e outros.

ICMS a recuperar - não circulante

Corresponde a parcela de ICMS a recuperar sobre a compra de ativos no montante de R\$ 10.745 (R\$ 9.481 em 31 de dezembro de 2010), ajustados a valor presente, e refere-se aos créditos oriundos da compra de ativos, os quais poderão ser utilizados para reduzir o ICMS a pagar em parcelas mensais ao longo de 48 meses.

Contas a receber - não circulante

A composição dos valores a receber no realizável a longo prazo está abaixo demonstrada:

	2011	2010
Cauções	10.521	7.747
Recobráveis por interferências na rede	5.303	7.834
Devedores por venda de equipamentos	7.184	6.573
Ajuste a valor presente	(496)	(444)
	22.512	21.710

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor de cauções refere-se a valores cobrados pelos órgãos públicos pelo prazo de execução de obras da Companhia. O saldo de recobráveis por interferências na rede refere-se a valores a serem reembolsados por terceiros em virtude de danos causados na rede de distribuição de gás.

Intangível

	Movimentações				2011
	2010	Adições	Transferências	Baixa	
Intangível em serviços					
Contrato de concessão	3.331.990		348.022	(7.923)	3.672.089
Amortização acumulada (ii)	(993.962)	(127.032)	1.515	6.703	(1.112.776)
	2.338.028	(127.032)	349.537	(1.220)	2.559.313
Fidelização do cliente	450.730		115.545		566.275
Amortização acumulada (i)	(234.361)	(78.358)	(1.515)		(314.234)
	216.369	(78.358)	114.030		252.041
Software e outros	189.695		23.380		213.075
Amortização acumulada (i)	(88.480)	(36.691)			(125.171)
	101.215	(36.691)	23.380		87.904
Total do intangível em serviços	2.655.612	(242.081)	486.947	(1.220)	2.899.258
Intangível em andamento	382.467	509.713	(486.947)		405.233
Total do intangível	3.038.079	267.632		(1.220)	3.304.491

(i) Taxa média ponderada de 20% a.a.
(ii) Taxa média ponderada apresentada no quadro a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, divulgado na Nota do Intangível (item a), sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são compostos como segue:

Valores contábeis	Taxa média ponderada	Movimentação				
		2010	Adições/			
			transferências	Amortização	Baixa	2011
líquidos	a.a. - %					
Terrenos		19.125	3.970			23.095
Tubulações	3,4	1.883.805	294.422	(93.321)	(2)	2.084.904
Edificações e benfeitorias	2,7	54.013	6.037	(4.641)	(111)	55.298
Máquinas e equipamentos	5,4	354.146	46.402	(26.567)	(795)	373.186
Equipamentos de transporte	20	9.831	1.131	(3.559)	(116)	7.287
Equipamentos e móveis administrativos	10	17.108	(2.425)	1.056	(196)	15.543
		2.338.028	349.537	(127.032)	(1.220)	2.559.313

Os valores reconhecidos no "Intangível" e acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a quantia de R\$ 127.032 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O imposto de renda e a contribuição sobre o saldo da reavaliação totalizam R\$ 5.985 em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 6.768). O valor líquido referente a realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 25.830 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 21.753) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos.

Empréstimos e financiamentos

	2011		2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos	342.587	1.466.115	342.462	1.006.106
Debêntures não conversíveis	38.462	66.670	4.805	100.000
Obrigações por arrendamentos financeiros	1.253	2.336		
	382.302	1.535.121	347.267	1.106.106

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(a) Empréstimos e financiamentos

		2011		2010	
	Encargos - %	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES (Projeto II)	TJLP + 4,0 a.a.			19.097	
BNDES (Projeto III)	TJLP + 4,0 a.a.	38.483	9.570	38.645	47.849
BNDES (Projeto IV) - direto	TJLP + 3,2 a.a.	38.234	75.581	38.383	113.372
BNDES (Projeto IV) - direto c/ fiança	TJLP + 2,8 a.a.	92.231	182.368	92.554	273.552
BNDES (Projeto III) - Bco. Votorantim	TJLP + 4,7 a.a.	15.754	3.916	15.825	19.582
BNDES (Projeto III) - Bco. Bradesco	TJLP + 4,7 a.a.	15.754	3.916	15.825	19.582
BNDES (Projeto V)	TJLP + 2,8 a.a.	100.500	442.179	27.302	321.502
BNDES (PEC)	TJLP + 5,5 a.a	27.372		29.468	23.313
		328.328	717.530	277.099	818.752
Em moeda estrangeira (*)					
BNDES (Cesta de Moedas)	7,87 a.a.			4.667	
Banco Itaú/BBA - (Repasse IFC) - USD	8,11 a.a.			4.928	
EIB II - primeira liberação - USD	3,881 a.a.	3.042	171.350	5.557	129.814
EIB II - segunda liberação - USD	2,936 a.a.	1.095	69.423	1.883	57.540
EIB II - terceira liberação - USD	LIBOR 6M	1.153	123.418		
EIB II - quarta liberação - USD	LIBOR 6M	2.265	118.850		
HSBC - USD	4,06 a.a.		35.930	48.328	
Itaú - USD	3,35 a.a.	1.955	56.952		
CHARTERED - USD	2,74 a.a.	2.329	82.074		
HSBC (Sumitomo) - Res. 4131	LIBOR 6M +				
	2,00 a.a.	2.420	90.588		
		14.259	748.585	65.363	187.354
		342.587	1.466.115	342.462	1.006.106

(*) Conforme divulgado na Nota Gestão de risco financeiro, para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2011
2013	490.755
2014	286.784
2015	163.306
2016 em diante	525.270

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2011

1.466.115

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais, circulantes e não circulantes, se aproximam aos seus valores contábeis.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

As taxas originais, antes das operações de *swap*, dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são as seguintes:

Descrição	Encargos - % a.a.
Bank EIB (II) primeira liberação	3,881
Bank EIB (II) segunda liberação	2,936
Bank EIB (II) terceira liberação	LIBOR 6M
Bank EIB (II) quarta liberação	LIBOR 6M
HSBC - Resolução nº 4.131	4,06
Itaú - Resolução nº 4.131	3,35
CHARTERED - Resolução nº 4.131	2,74
HSBC (SUMITOMO) - Resolução nº 4.131	LIBOR 6M+2,00

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- Projeto II - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú.
- Projeto III - recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Bradesco.
- Projeto IV - operação direta com o BNDES: recebíveis da Companhia, cujo custodiante é o Banco Itaú; operação direta com o BNDES: Fiança bancária dos Bancos Itaú, Votorantim, Bradesco e Santander, na proporção de 25% cada banco.
- Projeto V - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA com 100% do financiamento garantido com desembolsos/saque de 2011 de R\$ 50.000.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia desembolsou a totalidade do segundo contrato de empréstimo de € 100.000 mil assinado com o EIB. Este contrato foi desembolsado/sacado em duas tranches sendo a primeira de R\$ 115.496 em 25 de maio de 2011 e a segunda de R\$ 120.075 em 15 de setembro de 2011. Este contrato é amparado por garantias bancárias prestadas pelos bancos Santander e Banco Itaú Chile com 50% para cada instituição.

O financiamento obtido junto ao Banco Itaú/BBA (Repasse IFC) tem amortizações de principal e pagamento de juros semestrais.

O prazo de vencimento de cada contrato é de dez anos a partir da data de desembolso para o financiamento destinado à expansão, modernização e reforço da rede de distribuição de gás canalizado e outros investimentos dos anos de 2010, 2011 e primeiro semestre de 2012 para dar suporte à operação da Companhia.

(b) Debêntures não conversíveis

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

				2011		2010	
Emissão	Série	Quantidade	Remuneração - %	Não		Não	
				Circulante	circulante	Circulante	circulante
Segunda	Única	1	CDI + 1,5 a.a.	38.462	66.670	4.805	100.000
				38.462	66.670	4.805	100.000

Em 5 de agosto de 2008, a Companhia concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000.

As amortizações de principal ocorrerão em agosto de 2012, 2013 e 2014 com pagamentos de 33,33%, 33,33% e 33,34%, respectivamente. Os pagamentos de juros serão feitos anualmente sem repactuação. Em agosto de 2011 foi efetuado o terceiro pagamento de juros no valor de R\$ 12.909, sendo que o próximo pagamento de juros está previsto para agosto de 2012.

O valor justo da debênture, conforme comentário da mensuração dos empréstimos e financiamentos acima, será igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto dado entre suas taxas de contrato e de repactuação não é significativo.

(c) Obrigações por arrendamentos financeiros

Pagamentos mensais		2011		2010	
com vencimento					
Em moeda nacional	final em	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Licenças de <i>software</i>	2014	1.253	2.336		
		1.253	2.336		

Os pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

Anos	2011	2010
Menos de um ano	1.417	
Mais de um ano e menos de cinco anos	3.082	
	4.499	
Efeito de desconto	(910)	
Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil	3.589	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como mencionado na gestão de riscos financeiros, a Companhia está exposta a taxas de juros e risco cambial. Todos os instrumentos derivativos são designados como de proteção em conformidade com as políticas da Companhia de gestão de riscos.

Devido à alta volatilidade da variação da taxa de câmbio entre reais e dólares dos EUA a Companhia não adota a contabilidade de cobertura dos seus instrumentos de derivativos (*swaps*). Todos os instrumentos derivativos (*swaps*) são mensurados ao valor justo e os empréstimos objeto dos derivativos.

A administração avalia que na apuração feita, com base na análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2011, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos.

Desta forma, a administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

Fornecedores

A composição do saldo registrado na rubrica "Fornecedores" é a seguinte:

	2011	2010
Fornecedores de gás/transporte	513.632	349.870
Fornecedores de mats./serviços	80.505	74.235
	594.137	424.105

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro de 2013, com quantidade diária contratada de 4,27 milhões de m³/dia, a qual aumentará periodicamente até atingir o volume de 5,22 milhões de m³/dia em agosto de 2012.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária de gás boliviano contratada de 8,75 milhões de m³/dia, a qual será reduzida periodicamente até atingir o volume de 8,10 milhões de m³/dia em agosto de 2012.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme flexível, com quantidade contratada de 1,0 MMm³/dia de gás natural na qual a Petrobras fornecerá o gás natural ou ressarcirá o custo adicional referente ao consumo de combustível alternativo pelo cliente nesta modalidade. Iniciado em janeiro de 2008 com vigência até dezembro de 2012.
- Dois contratos de gás do Programa Prioritário de Termoelectricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 3,06 MMm³/dia, sendo 2,76 MMm³/dia com a UTE-Fernando Gasparian com vigência em 31 de dezembro de 2013 e 0,3 MMm³/dia com a Corn Products com vigência em 31 de março de 2023.
- Contrato de curto prazo com a Petrobras realizado através de leilão eletrônico em novembro de 2011, no qual a COMGÁS contratou uma quantidade de 3,2 MMm³/dia para o período de dezembro de 2011 a março de 2012, com nível de TOP 60%.
- Contrato de compra e venda de gás semanal (curtíssimo prazo) com a Petrobras para o período de dezembro a março de 2012, no qual a COMGÁS poderá adquirir gás através de plataforma eletrônica e cuja quantidade diária contratada varia de acordo com os pedidos realizados pela COMGÁS e aceitos pela Petrobras.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, com quantidade contratada de 18 MMm³/ano, iniciado em abril de 2008 com vigência até novembro de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os contratos de suprimento de gás têm características específicas, como obrigações de retirada mínima de gás por parte da COMGÁS (*take or pay* para *commodity* e *ship or pay* para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o consumo e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato. Os montantes pagos foram reconhecidos na linha "Gás/transporte pago e não utilizado".

Os contratos de fornecimento de gás têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. O custo do gás é praticado em R\$/m³, sendo o gás boliviano calculado em US\$/MMBTU, com correção mensal da variação cambial.

Partes relacionadas

(a) Companhias controladoras

O saldo a pagar referente a companhias controladoras em 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

		Movimentação		
		Despesas/		
	2010	atualizações	Pagamentos	2011
Grupo BG				
OSA/CSA	163	461	(329)	295
Grupo Shell				
CSA	1.009	4.635	(4.689)	955
	1.172	5.096	(5.018)	1.250

Os contratos estão assim divididos:

(i) Grupo BG

- . *Operational Services Agreement* (OSA) - a BG fornece pessoal operacional e serviços operacionais com a finalidade de manter, operar, desenvolver, e caso apropriado, expandir as operações da Companhia de forma segura e eficiente e dentro do quadro regulatório.
- . *Commercial Services Agreement* (CSA) - a BG deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

(ii) Grupo Shell

- . *Commercial Services Agreement* (CSA) - a Shell deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

(b) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no ano estão apresentadas a seguir:

	2011	2010
Salários e demais benefícios de curto prazo	11.409	9.998
	11.409	9.998

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Lucro antes de IR/CS	315.729	837.236
Alíquota - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social nominais	(107.348)	(284.660)
Débitos/créditos permanentes		
Juros sobre capital próprio	23.731	21.213
Outros	4.027	6.191
	(79.590)	(257.256)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Obrigação de benefícios de aposentadoria	Provisões	Perdas valor justo	Ativo/ (passivo) regulatório	Outros	Total
Ativo de imposto diferido						
Em 31 de dezembro de 2010	45.531	38.123	18.536	(78.084)	(22.230)	1.876
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	4.790	(932)	25.559	129.208	1.936	160.561
Em 31 de dezembro de 2011	50.321	37.191	44.095	51.124	(20.294)	162.437
		Ganhos de valor justo	Reavaliação de imóveis		Outros	Total
Passivo de imposto diferido						
		18.961	6.742			25.703
Em 31 de dezembro de 2010		21.765	(757)		7.110	28.118
Debitado (creditado) à demonstração do resultado						
Em 31 de dezembro de 2011		40.726	5.985		7.110	53.821

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Líquido108.616

O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três anos.

Provisão para contingências

	2010	Atualizações/ ngressos	Baixas	2011
Trabalhistas	11.116	3.952	(5.170)	9.898
Cíveis	30.558	7.924	(1.078)	37.404
Fiscais	19.770	1.464	(8.099)	13.135
	61.444	13.340	(14.347)	60.437

- (a) Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo remanescente de processos classificados como possíveis é de R\$ 559 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.317).
- (b) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede. Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$ 43.622 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 63.650), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.
- (c) As contingências fiscais referem-se a autuações fiscais ocorridas em anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$ 64.270 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 63.770), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão.

A administração da Companhia, embasada na posição de seus assessores jurídicos, entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir desembolsos de eventuais desfechos desfavoráveis desses processos.

Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital autorizado da Companhia é de R\$ 671.672. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social integralizado é de R\$ 636.985 (R\$ 636.985 em 31 de dezembro de 2010), representado por 93.910.898 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 25.911.899 ações preferenciais sem valor nominal e sua composição é a que segue:

	Quantidades de ações - milhares					
	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Integral Investments BV	82.521	87,87	3.649	14,08	86.170	71,91
MCAP POLAND Fundo Inv. em ações	999	1,06	10.644	41.08	11.643	9,72
Shell Brazil Holding BV	7.594	8,09			7.594	6,34

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

IAEF FUND LLC	763	0,81	1.895	7,31	2.658	2,22
Outros	2.034	2,17	9.724	37,53	11.758	9,81
	93.911	100,00	25.912	100,00	119.823	100,00

(b) Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da COMGÁS (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais poderão ser imputados ou não ao dividendo obrigatório, a critério do Conselho de Administração da Companhia, conforme autoriza a legislação aplicável.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 28 de abril de 2011, foi deliberado a destinação de R\$ 296.304 retidos em reservas de lucros em 31 de dezembro de 2010 para distribuição de dividendos em 2011.

O pagamento desse montante foi realizado dentro do exercício social de 2011, em três parcelas, da seguinte forma:

- A primeira parcela no valor de R\$46.304, que foi paga em 30 de junho de 2011.
- A segunda parcela no valor de R\$130.000, que foi paga em 31 de agosto de 2011.
- A terceira parcela no valor de R\$120.000, que foi paga em 30 de novembro de 2011.

Dividendos

Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2011	236.139
Movimentação de lucros acumulados	1.638
	237.777
Constituição da reserva legal (5%)	11.889
Base de cálculo dos dividendos	225.888
Dividendos mínimos 2011	56.472
Juros sobre capital próprio bruto	(69.798)
IR sobre juros capital próprio	8.984
Juros sobre capital próprio líquido	(60.814)
Total dos dividendos a destinar em dezembro de 2011	

Durante o ano de 2011 foram distribuídos juros sobre capital próprio no montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios, portanto não existe saldo de dividendos mínimos obrigatórios a pagar em 31 de dezembro de 2011.

(c) Juros sobre o capital próprio

Em 16 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o quarto e último crédito de juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2010, no valor de R\$ 8.958, que foi pago em 28 de janeiro de 2011.

Em 28 de junho de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a primeira parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 37.790, que foi paga em 28 de julho de 2011.

Em 27 de outubro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

segunda parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 16.004, que foi paga em 30 de novembro de 2011.

Em 16 de novembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a terceira parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 10.669, que foi paga em 15 de dezembro de 2011.

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente a quarta e última parcela do exercício de 2011, no valor de R\$ 5.335, que será paga em 31 de janeiro de 2012.

Os juros sobre capital próprio pagos aos acionistas deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos em 2012, relativos ao exercício social de 2011, integrando tais valores ao montante de dividendos a serem distribuídos pela Companhia para todos os efeitos previstos na legislação societária.

Para atendimento às disposições de publicações societárias os juros sobre capital próprio foram contabilizados como "Despesa financeira", sendo revertido na própria rubrica para lucros acumulados por serem em essência distribuição de resultados, conforme preconiza a CVM e o CPC - "Pronunciamento Conceitual Básico".

(d) Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 600. Conforme laudo atuarial datado de 31 de dezembro de 2011, utilizamos as seguintes premissas:

	2011
Taxa de desconto	10,25
Taxa de inflação	4,5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,75
Aumentos salariais futuros	7,65
Aumentos de planos de pensão futuros	4,5
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-83
Mortalidade de inválidos	IAPB-57
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84
Rotatividade	0,3/(tempo de serviço + 1)

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponde à parcela de ganho ou perda, que exceda o maior valor entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano, amortizado pelo prazo médio do serviço futuro dos participantes do plano.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Valor das obrigações atuariais	210.612	191.739
Perda atuarial não reconhecida	(56.715)	(44.698)
Valor justo dos ativos do plano	(5.895)	(13.125)
Passivo atuarial líquido	148.002	133.916

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A movimentação do passivo atuarial no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

	2011
Passivo atuarial líquido	133.916
Despesa no exercício	22.876
Contribuições do empregador	(8.790)
Passivo atuarial líquido	148.002

As despesas reconhecidas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2011	2010
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	449	460
Juros sobre obrigação atuarial	20.001	17.655
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.429)	(1.388)
Amortização de perdas atuariais	3.855	1.476
Despesas no exercício	22.876	18.203

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na linha "Impostos de renda e contribuição social diferidos", no grupo não circulante .

A Companhia mantém com o Itaú Previdência e Seguros S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A parcela da Companhia nas contribuições no exercício de 2011 foi de R\$ 4.198 (R\$ 4.073 no exercício de 2010), reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, rubrica "Despesas gerais e administrativas". O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio.

A agência reguladora "ARSESP" determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termogeração	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	183.028	108.272	3.850.930	55.884	345.754	290.878			4.834.746
Receita bruta	553.786	211.473	3.522.172	17.368	242.813	205.579	326.591	31.732	5.111.514
Deduções	(117.679)	(44.239)	(748.469)		(51.597)	(43.677)		(3.193)	(1.008.854)
Receita líquida	436.107	167.234	2.773.703	17.368	191.216	161.902	326.591	28.539	4.102.660
Ativo (passivo) regulatório	12.036	10.323	351.153		13.367	13.892		(9.935)	390.836
Custo	(105.118)	(61.760)	(2.179.273)	(15.379)	(154.874)	(136.535)	(326.591)	(17.087)	(2.996.617)
Resultado bruto econômico	343.025	115.797	945.583	1.989	49.709	39.259		1.517	1.496.879
Reversão do ativo (passivo) regulatório									(390.836)
Resultado bruto contábil									1.106.043
Despesas/receitas operacionais									(790.314)
Despesas									(630.354)
Vendas									(115.696)
Gerais e administrativas									(512.643)
Outras despesas (receitas) operacionais									(2.015)
Financeiras									(159.960)
Receitas financeiras									25.920
Despesas financeiras									(185.880)
Resultado antes da tributação									315.729
Provisão para IR e contribuição social									(79.590)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro líquido do período

236.139

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Margem por segmento - 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010									
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termogeração	Cogeração	Automotivo	Receita de construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (não auditado)	162.849	101.169	3.688.066	307.620	332.581	317.675			4.909.960
Receita bruta	477.349	195.657	3.558.420	95.412	219.093	274.258	257.647	23.153	5.100.989
Deduções	(101.486)	(40.917)	(756.167)		(46.556)	(58.283)		(2.237)	(1.005.646)
Receita líquida	375.863	154.740	2.802.253	95.412	172.537	215.975	257.647	20.916	4.095.343
Ativo (passivo) regulatório	(13.519)	(6.196)	(207.863)		2.140	(16.654)		(11.743)	(253.835)
Custo	(79.282)	(49.535)	(1.804.625)	(85.389)	(129.528)	(152.953)	(257.647)	(16.601)	(2.575.560)
Resultado bruto econômico	283.062	99.009	789.765	10.023	45.149	46.368		(7.428)	1.265.948
Reversão do ativo (passivo) regulatório									253.835
Resultado bruto contábil									1.519.783
Despesas/receitas operacionais									(682.547)
Despesas									(547.957)
Vendas									(92.819)
Gerais e administrativas									(448.692)
Outras despesas (receitas) operacionais									(6.446)
Financeiras									(134.590)
Receitas financeiras									31.379
Despesas financeiras									(165.969)
Resultado antes da tributação									837.236
Provisão para IR e contribuição social									(257.256)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro líquido do período	579.980
--------------------------	---------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Receita**

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	2011	2010
	<hr/>	<hr/>
Vendas brutas de produtos e serviços	5.111.514	5.100.989
Impostos sobre vendas	(1.008.854)	(1.005.646)
	<hr/>	<hr/>
Receita líquida	4.102.660	4.095.343
	<hr/>	<hr/>

Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do período por função. Conforme requerido pelo CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	2011	2010
	<hr/>	<hr/>
Despesas com pessoal	157.930	141.068
Despesas com materiais/serviços	229.814	190.741
Despesas operacionais	2.015	6.446
Depreciação e amortização	240.595	209.702
	<hr/>	<hr/>
Despesas por natureza	630.354	547.957
	<hr/>	<hr/>

Receitas e despesas financeiras

	2011	2010
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures	(156.786)	(141.587)
IOF/despesas bancárias/comissões	(16.127)	(16.129)
Capitalização de juros	25.830	21.753
Juros CVM nº 600 - benefício pós-emprego	(20.450)	(18.114)
Ajuste valor a mercado	(9.951)	
Outras	(4.932)	(2.201)
	<hr/>	<hr/>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	(182.416)	(156.278)
Variações monetárias líquidas		
Empréstimos e financiamentos	(1.357)	(310)
Variações monetárias ativas	49	44
Variações monetárias passivas	(2.107)	(9.381)
	(3.415)	(9.647)
Receitas financeiras		
Encargos moratórios de clientes	11.143	12.230
Receitas de aplicações financeiras	11.825	11.825
Juros	2.363	1.724
Ajuste valor a mercado		5.614
Outras	540	(58)
	25.871	31.335
	(159.960)	(134.590)

Resultado por ação

Não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

	2011			2010		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Lucro líquido do exercício	54.983	181.156	236.139	135.044	444.936	579.980
Quantidade de ações (milhares)	25.912	93.911	119.823	25.912	93.911	119.823

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado por ação - R\$	2,12	1,93	1,97	5,21	4,74	4,84
--------------------------	------	------	------	------	------	------

Seguros

As principais coberturas de seguros, efetuadas de acordo com a natureza e o grau de risco contra eventuais perdas de patrimônio da Companhia, são as seguintes:

Risco	Milhares de reais
Risco operacional	191.019
Responsabilidade civil	159.000

Compromissos assumidos**(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias**

Os compromissos para aquisição de intangível no montante de R\$ 41.518 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 42.571 em 31 de dezembro de 2010) são referentes a gastos já contratados e ainda não incorridos relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

Os compromissos regulatórios no montante de R\$ 1.293.251 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.614.609 em 31 de dezembro de 2010) foram definidos na última revisão tarifária, em maio de 2009, como base no plano de investimento definido pelo regulador, estão previstos para ocorrer até maio de 2014, final do ciclo tarifário atual.

(b) Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui 13 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram a R\$ 6.341 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 6.775).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2011	2010
	<hr/>	<hr/>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	5.848	6.341
Mais de um ano e menos de cinco anos	897	6.745
	<hr/>	<hr/>
	6.745	13.086
	<hr/>	<hr/>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros		
	<hr/>	<hr/>
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	6.745	13.086
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO****A. RESULTADO DAS NOSSAS OPERAÇÕES****I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

	2.011	2.010	2.009
Receita operacional bruta	5.111.514	5.100.989	5.161.408
Vendas de gás	4.753.191	4.820.189	4.911.218
Receita de construção	326.591	257.647	224.693
Outras receitas	31.732	23.153	25.497
Impostos e contribuições sobre vendas	-1.008.854	-1.005.646	-1.045.129
Receita líquida de vendas	4.102.660	4.095.343	4.116.279

A Receita Bruta de Vendas e Serviços atingiu o montante de R\$ 5.111.514 mil (R\$ 4.753.191 mil para vendas de gás, R\$ 326.591 mil para receita de construção e R\$ 31.732 mil, de outras receitas), tendo apresentado um acréscimo de 0,21% em relação ao mesmo período de 2010.

A Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços atingiu o montante de R\$ 4.102.660 mil no período de 2011, sendo 0,18% superior ao igual período de 2010.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As receitas de vendas de gás apresentaram decréscimo de 1,39%, tendo como principal causa os reajustes ordinários de custos de gás nas tarifas de vendas.

Em 2011 foram feitos dois reajustes tarifários. O ordinário, anual, que passou a vigorar a partir de 31 de maio, foi de 5%, em média: R\$ 3,17 para usuários que utilizam até 16m³/mês (equivalente a um botijão de GLP) e R\$ 3,33 aos que consomem até 30m³/mês. No industrial, a alta média foi de 8%, resultando em aumentos de 8,33% a 8,15% para o pequeno consumidor na faixa de 10.000m³/mês a 100.000m³/mês e de 7,93% a 7,75% para os grandes, com demanda superior a 500.000m³/mês.

Em dezembro, a Arsesp autorizou reajuste extraordinário – entre 3,27% e 11,20% – em razão das alterações dos preços do gás natural adquirido pela Comgás, decorrentes de variações cambiais e da indexação aos preços de óleos combustíveis, mitigado pela aquisição de gás em leilões. O aumento não afetou a base de clientes residenciais nem impactou no resultado da empresa em virtude de sua incidência por curto período.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**.B. VARIAÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXAS DE CâMBIO, INFLAÇÃO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

Segmentos	R\$ mil			
	2011	%	2010	%
Residencial	553.786	10,83%	477.349	9,36%
Comercial	211.473	4,14%	195.657	3,84%
Industrial	3.522.172	68,91%	3.558.420	69,76%
Termogeração	17.368	0,34%	95.412	1,87%
Cogeração	242.813	4,75%	219.093	4,30%
Automotivo	205.579	4,02%	274.258	5,38%
Receita de construção	326.591	6,39%	257.647	5,05%
Outras receitas	31.732	0,62%	23.153	0,45%
Total	5.111.514	100,00%	5.100.989	100,00%

Segmentos	M³ mil			
	2011	%	2010	%
Residencial	183.028	3,79%	162.849	3,32%
Comercial	108.272	2,24%	101.169	2,06%
Industrial	3.850.930	79,65%	3.688.066	75,11%
Termogeração	55.884	1,16%	307.620	6,27%
Cogeração	345.754	7,15%	332.581	6,77%
Automotivo	290.878	6,02%	317.675	6,47%
Total	4.834.746	100,00%	4.909.960	100,00%

C. IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CâMBIO E DA TAXA DE JUROS NO NOSSO RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

As principais taxas indexadoras aplicáveis ao negócio da Companhia são o IGP-M, CDI e TJLP:

IGP-M: Tal índice impacta na margem da Companhia através dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”.

CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI através de instrumentos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

derivativos.

TJLP: Como a expansão da empresa é baseada em financiamentos de longo prazo, que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço da dívida da Comgás

Taxas de cambio: A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com política de tesouraria, devidamente protegidas (swapadas) para Reais indexados à CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs***10.3 – EVENTOS COM EFEITOS RELEVANTES, OCORRIDOS E ESPERADOS, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS******A. DA INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL***

A Companhia possui uma plataforma de negócios adequada para a execução de seus planos futuros, não havendo, no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

B. DA CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Não ocorreram os eventos acima mencionados.

C. DOS EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 – MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS – RESSALVAS E ÊNFASES NO PARECER DO AUDITOR

A. MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Não se aplica.

B. EFEITOS SIGNIFICATIVOS DAS ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS

Não se aplica.

.C. RESSALVA E ÊNFASES PRESENTES NO PARECER DO AUDITOR

NÃO HÁ.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5-POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações anuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

Base de apresentação

(a) As informações financeiras anuais estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela CVM e nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

A preparação das informações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras.

A Companhia não possui investimentos em controladas/coligadas e/ou outras transações que gerem efeitos a serem contemplados na demonstração do resultado abrangente.

(b) Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigindo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Apresentação das informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Caixa e equivalentes de caixa

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; (b) empréstimos e recebíveis; (c) mantidos até o vencimento;

e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não possuía instrumentos classificados nas categorias mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado" e mantidos até o vencimento.

(a) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos e recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos inicialmente ao valor justo e subsequentemente atualizados de acordo com a taxa efetiva da respectiva transação. Os empréstimos e recebíveis vencíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no circulante e os demais são classificados no não circulante.

Compreende-se como taxa efetiva aquela fixada nos contratos e ajustada pelos respectivos custos de cada transação.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo, quando aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a COMGÁS tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Compensação de instrumentos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos e passivos financeiros não são compensados, exceto pelos derivativos, cujo valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Valor justo

O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções.

Instrumentos derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do período.

Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco *hedgeado*. A Companhia só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Caso haja ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva esta variação será reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Contas a receber

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Estoques

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

Os materiais destinados a obras em andamento estão registrados como estoques.

Ativos não circulantes destinados à venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

Intangível

(a) Contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, onde o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo. Outrossim, não há previsão na regulação da ARSESP que suporte auferir ganho nesta atividade.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

(b) Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

***Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Fornecedores

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por um prazo maior que 12 meses após a data do balanço.

Passivos contingentes e obrigações legais

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e obrigações legais são registradas como exigíveis.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

(a) Benefícios pós-emprego

A COMGÁS oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na COMGÁS em 31 de maio de 2000 têm direito a este benefício, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na COMGÁS.
- Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos benefícios pós-emprego é calculado anualmente por atuários independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar estes benefícios é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do participante. Os custos dos serviços correntes são refletidos no lucro operacional e os custos de financiamento são refletidos no financiamento dos custos no período em que ocorrem. Em conformidade com o método "corredor", ganhos e perdas atuariais que excedam 10% das obrigações do plano são distribuídos ao longo do restante da vida útil média dos empregados participantes do plano e são refletidas no lucro operacional.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos mercantis nos quais a COMGÁS assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Todos os outros tipos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional. O arrendamento mercantil financeiro é capitalizado no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada um dos pagamentos do arrendamento é alocado ao passivo e a encargos financeiros, sendo as correspondentes obrigações de arrendamento, líquidas dos encargos financeiros, incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelo prazo de vida útil do ativo. Os pagamentos efetuados no âmbito de arrendamentos operacionais são debitados à demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

(a) Receita por prestação de serviços - faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(b) Receita por prestação de serviços - não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(c) Receita de construção - ICPC 01

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - "Contratos de Construção". Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

Tendo em vista que não existe margem definida pelo Poder Concedente para esse serviço e considerando que a administração não entende a construção como fonte de receita e, portanto de resultado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

À medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**A. GRAU DE EFICIÊNCIA DE TAIS CONTROLES, INDICANDO EVENTUAIS IMPERFEIÇÕES E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA CORRIGÍ-LAS.**

A administração avaliou a eficácia dos processos de negócio estabelecidos e mapeados para a elaboração das demonstrações financeiras contábeis da companhia de forma a proporcionar conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros.

Os controles mitigatórios definidos para minimizar os riscos atrelados à elaboração das demonstrações financeiras são testados durante todo o exercício.

A companhia possui um processo de gestão de riscos estabelecido para identificação, avaliação e reporte à diretoria de seus principais riscos estratégicos e operacionais.

Tomando por base os testes realizados durante todo o período, não foram identificadas imperfeições relevantes na execução dos controles. Quaisquer imperfeições identificadas nos testes durante o exercício são corrigidas através da definição de planos de ação para garantir a eficácia dos controles.

Os diretores concluem que a metodologia utilizada para avaliação dos controles internos existentes na elaboração das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2011 é adequada.

B. DEFICIÊNCIAS E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS CONTROLES INTERNOS PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Os auditores independentes da PwC não apresentaram deficiências ou recomendações no ambiente de controles internos que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações financeiras contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados***10.7 DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DE OFERTAS******A. COMO OS RECURSOS RESULTANTE DA OFERTA FORAM UTILIZADOS***

Não aplicável, dado que a Comgás não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos anos.

B. SE HOUVE DESVIOS RELEVANTES ENTRE A APLICAÇÃO EFETIVA DOS RECURSOS E AS PROPOSTAS DE APLICAÇÃO DIVULGADAS NOS PROSPECTOS DA RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO

Não aplicável, dado que a Comgás não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos anos.

C. CASO TENHA HAVIDO DESVIOS, AS RAZÕES PARA TAIS DESVIOS

Não aplicável, dado que a Comgás não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos anos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DF'S****A. OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELA COMPANHIA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF-BALANCE SHEET ITENS), TAIS COMO:**

- Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- Contratos de construção não terminada; e
- Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui ativos ou passivos materiais que não estejam refletidos nesse Formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

B. OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS****A. COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA;**

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

B. NATUREZA E O PRÓPOSITO DA OPERAÇÃO;

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

C. NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DA COMPANHIA EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO;

Conforme explanado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.